

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.840.664 - SP (2019/0291457-3)**

**RELATORA** : **MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI**  
**RECORRENTE** : M M R A (MENOR)  
**REPR. POR** : MARIA DE JESUS MAGALHAES ALVES  
**ADVOGADO** : CLEBER PEREIRA CORREA E OUTRO(S) - SP254872  
**RECORRIDO** : NOTRE DAME INTERMEDICA SAUDE S.A  
**ADVOGADOS** : PAULO ROBERTO VIGNA E OUTRO(S) - SP173477  
VITOR CAMARGO OLIVEIRA SANTOS - SP378377  
TIAGO SAMPAIO SERAFIM - SP428249

**DECISÃO**

Trata-se de recurso especial interposto em face de acórdão assim ementado (fl. 212, e-STJ):

APELAÇÃO CÍVEL. PLANO DE SAÚDE. Ação de obrigação de fazer c.c. pedido de indenização por danos morais. Recusa de cobertura de exame de sequenciamento completo do exoma.

Recusa da ré em custeá-lo sob a alegação de que este não possui cobertura contratual, por não constar no rol dos procedimentos obrigatórios instituídos pela ANS. Inadmissibilidade. Rol que prevê somente a cobertura mínima obrigatória. Exclusão que contraria a função social do contrato retirando do paciente a possibilidade do tratamento necessitado. Inteligência da Súmula 102 do TJSP.

Dano moral. Inocorrência. Mero inadimplemento contratual que não tem o condão de gerar a indenização pretendida. Recurso parcialmente provido.

Em suas razões, o recorrente alega, além de divergência jurisprudencial, violação aos arts. 186, 927 do Código Civil; 5º, V, X, da Constituição Federal e 6º, VI, do Código de Defesa do Consumidor.

Defende, em síntese, que deve ser compensado pelos danos morais suportados em razão da negativa de cobertura do procedimento médico. Argumenta ser evidente que a recusa injustificada da recorrida ultrapassou a esfera do mero aborrecimento, na medida em que lhe causou angústia e transtornos.

Foram apresentadas contrarrazões às fls. 246/255, e-STJ.

# *Superior Tribunal de Justiça*

O recurso foi admitido na origem, nos termos da decisão de fls. 265/266, e-STJ.

Assim delimitada a controvérsia, passo a decidir.

A Súmula nº 568 desta Corte dispõe que “relator, monocraticamente e no Superior Tribunal de Justiça, poderá dar ou negar provimento ao recurso quando houver entendimento dominante acerca do tema”.

Destaca-se, inicialmente, que não compete a esta Corte Superior a análise de violação a dispositivo constitucional, sob pena de usurpação da competência atribuída exclusivamente ao Supremo Tribunal Federal.

A propósito:

PROCESSUAL CIVIL E PREVIDENCIÁRIO. VIOLAÇÃO A DISPOSITIVO DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. EXAME VIA APELO ESPECIAL. IMPOSSIBILIDADE. READEQUAÇÃO DE BENEFÍCIO. REVISÃO. TETOS DAS EMENDAS CONSTITUCIONAIS 20/98 E 41/03.

QUESTÃO DIRIMIDA SOB ENFOQUE EMINENTEMENTE CONSTITUCIONAL. ANÁLISE VEDADA. USURPAÇÃO DA COMPETÊNCIA DO STF. ALÍNEA 'C'. NÃO DEMONSTRAÇÃO DA DIVERGÊNCIA.

1. O exame da violação de dispositivo constitucional (art. 5º, II, da Constituição Federal) é de competência exclusiva do Supremo Tribunal Federal, conforme dispõe o art. 102, III, da Constituição Federal.

(...)

5. Recurso Especial não conhecido"

(STJ, REsp 1.672.259/SC, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe 30/6/2017)

Não prospera o pedido de compensação pelos danos morais, em razão do óbice da Súmula 7/STJ.

Com efeito, de acordo com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, o mero inadimplemento contratual não enseja a condenação por danos morais (AgInt no AREsp 381.686/SP, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA,

julgado em 15/8/2017, DJe 22/8/2017).

Nesse sentido, a recusa do plano de saúde em custear determinado tratamento não configura a hipótese de dano moral presumido – ou *in re ipsa* – razão pela qual se mostra indispensável a comprovação do efetivo prejuízo para que haja o dever de compensar.

É necessário que exista, assim, uma consequência mais grave em virtude do ato que, em tese, tenha violado o direito da personalidade, provocando dor, sofrimento, abalo psicológico ou humilhação consideráveis à pessoa, e não quaisquer dissabores da vida.

O Tribunal negou a compensação, nos seguintes termos(fl. 216/217, e-STJ):

De outro lado, a r. sentença merece reforma no que diz respeito aos danos morais.

Em que pese o entendimento da I. magistrada "a quo", o dano moral não merece ser reconhecido na espécie, pois embora não se descarte aborrecimento em decorrência da negativa de cobertura, esse sentimento não tem intensidade suficiente para caracterizar essa modalidade de dano, vez que tal medida foi suavizada pela concessão da tutela antecipada.

Assim, a despeito do ocorrido, observa-se que na hipótese dos autos ocorreu tão somente o descumprimento contratual, o que não rende ensejo a danos morais.

Efetivamente, é de se ressaltar que o pressuposto para configuração do dano moral, ausente na hipótese dos autos, é o gravame à imagem, à intimidade ou à honra da pessoa (CF., art. 5º, V e X).

No caso sub judice, entretanto, o que se tem, em essência, é um conflito de interesses entre os demandantes, tendo por objeto o contrato firmado entre as partes. Ora bem, a liberdade de pactuação, de um lado; e, de outro, a utilização da via judicial para a solução dos conflitos, inserem-se no campo das licitudes formais e procedimentais, garantidas pelo ordenamento jurídico, inclusive pela Constituição Federal.

Presentemente, tem-se a pactuação de contratos entre as partes é direcionado à assistência à saúde e seus consectários, no âmbito de um contrato bilateral sinalagmático.

E, havendo o autor se socorrido da via judicial para proteção e garantia de seus direitos, deixou mesmo de haver repercussão moral a

seu desfavor, em decorrência do sustentado descumprimento contratual, não restando configurado o pressuposto da reparabilidade do dano moral que é a ofensa à imagem, intimidade ou honra, subjetiva ou objetiva, da pessoa.

E, como referido, descumprimento de contrato, por si mesmo, não tem um tal alcance de *eventus damni*.

Nesse contexto, verifica-se que rever o entendimento do acórdão recorrido, para se afastar a conclusão de que não houve os alegados danos morais, ensejaria o reexame do conjunto fático-probatório da demanda, providência vedada em sede de recurso especial, ante a Súmula 7 do STJ.

A propósito:

AGRAVO INTERNO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. DECISÃO DE ADMISSIBILIDADE. PLANO DE SAÚDE. TRATAMENTO MÉDICO. NEGATIVA DE COBERTURA. DANO MORAL. NÃO CONFIGURAÇÃO. DÚVIDA RAZOÁVEL. SÚMULAS 5 E 7/STJ.

1. A recusa da cobertura de tratamento por operadora de plano de saúde, por si só, não configura dano moral, notadamente quando fundada em razoável interpretação contratual. Precedentes.

2. Não cabe, em recurso especial, reinterpretar cláusulas contratuais ou reexaminar matéria fático-probatória (Súmulas 5 e 7/STJ).

3. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no REsp 1717629/SP, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 14/5/2019, DJe 17/5/2019)

Cumpre registrar que os recursos interpostos com fundamento no art. 105, III, alínea "c", da Constituição Federal, atraem, regularmente, a incidência da Súmula 7/STJ, quando necessário examinar o contexto fático-probatório dos autos, senão vejamos:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS. PREQUESTIONAMENTO. AUSÊNCIA. SÚMULA 282/STF. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. ANÁLISE. REEXAME DE FATOS E PROVAS. INADMISSIBILIDADE.

1. A ausência de decisão acerca dos dispositivos legais indicados

como violados impede o conhecimento do recurso especial.

2. Quanto à interposição pela alínea "c", este Tribunal tem entendimento no sentido de que a incidência da Súmula 7 desta Corte impede o exame de dissídio jurisprudencial, uma vez que falta identidade entre os paradigmas apresentados e os fundamentos do acórdão, tendo em vista a situação fática do caso, com base na qual a Corte de origem deu solução à causa.

3. Agravo não provido.

(AgRg no AREsp 494.763/RS, Relatora a Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 7/8/2014, DJe 18/8/2014)

Em face do exposto, nego provimento ao recurso especial.

Nos termos do art. 85, § 11, do CPC/15, majoro em 10% (dez por cento) a quantia já arbitrada a título de honorários em favor da parte recorrida, observados os limites estabelecidos nos §§ 2º e 3º do mesmo artigo.

Intimem-se.

Brasília (DF), 25 de novembro de 2019.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI  
Relatora